

IX Colóquio Internacional Marx e Engels

A “cisão de 1928” e as origens da Oposição de Esquerda no Brasil

Carlos Prado
Doutorando em História pela PPGH-UFF

Há muito tempo a historiografia vem discutindo a questão em torno da origem do trotskismo no Brasil. As primeiras leituras sobre o tema apontavam de forma esquemática que os brasileiros tomaram conhecimento das teses oposicionistas a partir da viagem de Mario Pedrosa à Europa. O militante foi designado pelo PCB em meados de 1927 para frequentar a Escola Leninista em Moscou, mas durante a viagem, devido a uma enfermidade, teve que ficar na Alemanha e, nesse período, teria entrado em contato com simpatizantes de Trotski. Enquanto ainda estava na Europa, Pedrosa manteve contato com militantes brasileiros e começou a divulgar as teses da oposição.

Todavia, essa leitura tem sido contestada por pesquisas mais recentes, especialmente por Marques Neto, que desenvolveu um trabalho sistemático sobre essa questão. Ele aponta que “ao buscar razões da Oposição de Esquerda no Brasil, deve-se passar pelos caminhos que mudaram historicamente os rumos iniciais da revolução comunista de 1917” (MARQUES NETO, 1993, p. 22). Não se pode compreender o surgimento da Oposição no Brasil, sem compreender os debates teóricos que ocorriam na URSS. Alguns militantes do PCB acompanhavam essas disputas mediante publicações internacionais, como a revista francesa *Clarté*. Todavia, Marques Neto observa que além das questões internacionais, vários militantes “já acumulavam diferenças políticas de fundo com o incipiente núcleo de Partido”.

Ao longo de 1927 e 1929, surgiram inúmeras polêmicas que evidenciaram divergências no interior do partido. Uma questão fundamental era a tática de alianças, mas também surgiram questionamentos sobre o regime interno e a política sindical do partido. Estas dissensões suscitadas por questões nacionais, mas também iluminadas pelos debates internacionais proporcionaram a primeira cisão no interior do PCB. Não obstante, neste momento, surgiram dois grupos divergentes, um vinculado a Joaquim Barbosa que manteve sua crítica restrita à questão sindical e adotou uma postura mais economicista e outro que ampliou suas críticas e se aproximou das teses da Oposição de Esquerda. Foi a partir da reunião deste segundo grupo que, em abril de 1930 se formou o Grupo Comunista Lenine (GCL), primeira organização brasileira a se vincular à Oposição Internacional de Esquerda.

A questão sindical

A questão central que culminou na saída de 46 membros do partido girou em torno dos sindicatos. As dissensões surgiram diante da problemática questão sobre a relação entre o partido e os organismos sindicais. Estas, não eram questões novas no interior do marxismo. Mas entre os comunistas brasileiros, estes debates só se afluaram em meados da década de 1920, quando os dirigentes do PCB, controlando alguns sindicatos, começaram a utilizar destes para defender seus interesses político-partidários, deixando estes órgãos sob a sua tutela.

O primeiro a se opor a utilização política dos sindicatos pelo partido foi João da Costa Pimenta, que era militante comunista e ocupava a secretaria da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro (FSRR). O fato que consumou a crise se deu numa reunião na ocorrida em 14 de fevereiro de 1928, na sede da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), quando os dirigentes comunistas aproveitaram e, contrariando a orientação de Pimenta, lançaram denúncias contra, “Zé Doutor”, sindicalista reformista. Houve troca de insultos e iniciou-se uma grande confusão, motivando policiais que estavam à espreita tomarem o recinto. O conflito resultou em sete feridos, três mortes e inúmeros prisioneiros. Diante do ocorrido, valendo-se da Lei Celerada e, sob acusação de desordem, as autoridades fecharam a sede da UTG (DULLES, 1977, 284).

Quando João da Costa Pimenta tomou conhecimento dos fatos, ele não poupou seus colegas de partido da crítica e começou a questionar a forma como o PCB utilizava os sindicatos. Esta crise foi sucedida por uma nova divergência. Na semana seguinte ocorreu a Conferência da FSRR, durante a qual, Joaquim Barbosa, que ocupava o cargo de “secretário sindical” do partido, foi acusado de corporativismo e também entrou em choque com a direção. Astrojildo Pereira apontou que Barbosa e Pimenta atuavam de forma independente, sem defender os interesses do PCB. Estes, por sua vez, compreendiam que o partido estava desvirtuando a função dos sindicatos, transformando-o num órgão partidário. O choque foi inevitável. Pimenta acabou demitindo-se da secretaria da FSRR e Barbosa entregou o cargo de secretário sindical.

A crítica sindical de Joaquim Barbosa

Estes incidentes e divergências abriram um debate teórico sobre o papel dos sindicatos e sobre a sua autonomia. A crítica fundamental foi lançada por Joaquim Barbosa, que publicou uma Carta Aberta expondo suas divergências e trazendo à tona questões centrais para a organização do movimento operário. Este documento é bastante revelador, uma vez que traz à tona uma série de divergências anteriores, evidenciando um acúmulo de diferenças.

A primeira questão exposta por Barbosa girava em torno da atuação do partido durante a discussão suscitada pela CNT sobre a Lei de Férias. Ele apontou que o governo de Bernardes utilizou da proposta do deputado Henrique Doswort para amenizar sua rejeição junto ao proletariado. Segundo Barbosa, as sessões públicas da CNT não passaram de uma comédia, uma artimanha de Bernardes para melhorar sua imagem junto à classe trabalhadora: “Vi que o estado de sitio não nos permitia realizar um trabalho positivo *dentro do Conselho* e nesse caso a nossa representação colocava-nos na posição de cúmplices daqueles mistificadores (e foi este o nosso papel)” (BARBOSA, 1928, p. 3). Todavia, Barbosa não teve o apoio do partido nesta questão, pois a maioria do CCE aprovou a adesão de todos os sindicatos dirigidos pelos comunistas. Para ele, a participação dos trabalhadores nas sessões da CNT só poderia ser aceita se eles realmente tivessem o papel de decisão, mas os representantes dos trabalhadores sempre estavam em minoria diante da classe patronal. Por fim, conclui Barbosa que “a participação constituiu um passo mal dado, para não dizer um desvio”.

A segunda questão levantada por Barbosa girou em torno da construção da CGT. De acordo com ele a iniciativa foi um passo muito audacioso, resultado de uma análise irreal das condições do movimento operário brasileiro. Assim, os dirigentes comunistas descuidaram e menosprezaram as bases sindicais já existentes, privilegiando a atuação na direção de uma perspectiva imaginária.

Barbosa também apontou que a tática dos comunistas de atacar os seus adversários, pouco contribuiu. E neste ponto, afirmou que as publicações de denúncias em *A Nação* não fortaleceram os comunistas no meio sindical, pelo contrário, resultaram na divisão do movimento, contrariando a proposta de unidade em torno da central nacional. A tática ofensiva de ataque direto aos sindicatos reformistas suscitou conflitos e criou um ambiente de tensão entre as diferentes tendências sindicais. “Em vez, no entanto, de procurar amainar os ânimos, acalmar as paixões, diminuir a temperatura do ambiente, dávamo-nos ao esporte de agredir os adversários, no momento mesmo em que os convidávamos para a obra de unificação” (BARBOSA, 1928, p. 3).

Este clima de rivalidade e concorrência não contribuiu para a construção da federação, pelo contrário, acabou provocando um desgaste muito grande para os comunistas.

Em sua carta aberta, Barbosa expôs uma série de polêmicas e lançou várias críticas à direção do PCB, afirmando que a política sindical havia sido conduzida de forma equivocada. As críticas de Barbosa ressoaram no interior do partido e fora dele, promovendo uma crise que o transformou na liderança de um grupo que também apresentavam divergências com linha sindical adotada. Além disso, ele se aproximou de Rodolfo Coutinho que também estava insatisfeito com a política de alianças do PCB. Assim, foi se construindo um grupo oposicionista.

Marques Neto aponta que “não se tratava de um simples incidente localizado, mas de um momento de profunda crítica à trajetória do Partido” (MARQUES NETO, 1993, p. 111). A linha geral adotada por Astrojildo e Brandão foi colocada em cheque no início de 1928, o grave incidente da UTG foi o estopim que fez emergir as divergências que convergiram para a ruptura.

Ainda em abril, o Comitê Regional do Rio de Janeiro (CR-RJ) que era formado por militantes próximos de Barbosa, realizou a leitura e o debate sobre a Carta Aberta. Uma nova crise se instaurou, pois a divulgação da carta havia sido proibida pela direção do partido. Assim, a CCE se voltou também contra estes militantes e os repreenderam por ato de indisciplina. O comitê foi destituído em 21 de abril. A punição aos membros que do CR-RJ motivou Rodolfo Coutinho a se manifestar novamente. Por não concordar com a medida autoritária, ele se demitiu da CCE.

Foi então que se evidenciou que existia um grupo realmente grande que estava insatisfeito com os caminhos que o partido seguia. Em 2 de maio a direção do PCB recebeu um documento assinado por 50 militantes que apresentava uma série de divergências, especialmente com o regime interno. O abaixo-assinado buscou apresentar as falhas da direção, enfatizando o abuso de atribuições e o desprezo pela consulta aos militantes, ignorando o processo democrático. Assim, os militantes exigiram a convocação de uma Conferência para debater estas questões (PEREIRA, 1981, p. 116-7). A direção havia perdido, pelo menos parte de sua base. Assim, estes oposicionistas reivindicavam o direito de reunir todos os militantes e apresentar suas críticas aos demais membros buscando uma nova direção para o partido.

Em artigos publicados entre julho e outubro de 1928 no *Diário Carioca*, Joaquim Barbosa retomou questões em torno da luta sindical e, mais uma vez, reafirmou a necessidade de se estabelecer uma unidade entre as diversas tendências

ideológicas que buscavam representar os anseios da classe trabalhadora. Em sua concepção, o fator determinante para a vitória das reivindicações dos trabalhadores era a unidade da ação e, neste processo de luta, os princípios ideológicos de grupos ou partidos não poderiam estar acima dos interesses dos trabalhadores: “a unidade não deve estar condicionada aos interesses, nem sempre comum aos trabalhadores, de tal ou qual grupo, de tal ou qual partido” (BARBOSA, 1984, p. 424). Ele tocou na ferida e atacou o dogmatismo que permeava a mente dos militantes:

Convenhamos em que por mais respeitáveis, por mais justos, por mais racionais que sejam estes ou aqueles princípios, não podem, a menos que se queira incorrer em gravíssimo erro de tática, ser endossados por organismos sindicais, cuja função característica é a defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores, cujos pontos de vista político-sociais variam infinitamente. (Idem).

Para Barbosa os sindicatos eram órgãos de defesa das reivindicações materiais imediatas dos trabalhadores e que não podiam ser transformados em meio para atuação política. Em sua concepção, eles deveriam permanecer no nível da luta econômica dos trabalhadores. O artigo publicado por Barbosa deixou claro que sua censura permaneceu nas questões sindicais. Contudo, o grupo mais próximo de Rodolfo Coutinho, entre os quais podemos citar Lívio Xavier e Mário Pedrosa, preparou um “memorial” com uma crítica mais abrangente. O objetivo era que este documento fosse levado às bases do partido para discussão no III Congresso.

A crítica expressa no “memorial” ao III Congresso do PCB

A crítica lançada pelo memorial atingia diretamente a política aliancista do PCB. Afirmaram que o BOC “tornou-se a caixinha de segredos dos conchavos, tramados à revelia do Partido, com os parlamentares profissionais e políticos da burguesia (...) O Kuomintang brasileiro (...) foi a pedra de toque de todos os desvios” (Memorial, 1930, p. 1). Em agosto de 1927, Coutinho e Barbosa haviam se posicionado contra a tática de aproximação com a Colunas Prestes. Este posicionamento se deu por divergirem da concepção de que a pequena-burguesia militar poderia desempenhar um papel revolucionário. Já no memorial de 1928, esta crítica avançou e passou a englobar a constituição do próprio BOC, afirmando que as alianças estabelecidas deixavam o proletariado a mercê de uma burguesia dita revolucionária e anti-imperialista.

Não é difícil imaginar que Coutinho e Xavier desenvolveram esta crítica graças ao material internacional que recebiam. Ambos tinham contato com Pedrosa que estava na Europa e com Pierre Naville, que era um dos líderes da Oposição francesa (Memorial, 1930, p. 1). Por meio da leitura de revistas e jornais, puderam ter acesso à crítica que Trotski lançou à política de aliança dos comunistas chineses com a burguesia nacionalista.

Em outra passagem do memorial, afirmou-se que “o antagonismo irremediável entre o agrarismo e o industrialismo em substituição à luta de classes”. Nesta passagem, a concepção desenvolvida por Brandão e seguida pelo partido até então, foi colocada em dúvida. Pela concepção dualista de Brandão, o grande adversário do proletariado não era a burguesia, mas o chamado setor agrário que era considerado feudal e atrasado. A luta entre os trabalhadores e seus patrões ficava em segundo plano.

O documento também exigiu a realização de uma conferência para se debater as principais questões que dividiam os militantes do partido. E neste sentido, lançou críticas ao regime interno afirmando que este não permitia o debate e a discussão, pois tendia a suprimir o pensamento divergente. Por fim, afirmou-se que a postura dos dirigentes forçou “os dissidentes ao abandono do Partido, à cisão. Não recusamos a ficha de indisciplinados e cisionistas. Condições há em que a indisciplina e a cisão são um dever” (Memorial, 1930, p. 1).

Este grupo que se reuniu em torno de Coutinho não partilhava da perspectiva economicista apresentada por Barbosa. Assim, os opositoristas não constituíram um grupo homogêneo. Enquanto Barbosa permaneceu desenvolvendo suas críticas no nível sindical, buscando uma linha mais próxima do economicismo, o grupo em torno de Coutinho ampliou suas críticas. No memorial, eles afirmaram que não mantinham contato com aquele grupo que, com “uma pretensa teoria da anteposição da organização sindical à luta parlamentar, interpretação esta de origem nitidamente oportunista (...) tendiam a criação no movimento proletário do Brasil de uma mentalidade economicista” (Memorial, 1930, p. 1).

A documentação disponível não nos permite traçar um roteiro minucioso sobre o desenvolvimento destes grupos opositores no período posterior à saída do PCB. Mas na carta escrita em 20 de abril de 1930 pela direção do GCL e enviada ao Secretariado Internacional Provisório, temos uma pista de como esse processo ocorreu: “O primeiro movimento de oposição surgiu há quase dois anos, condenando a política do partido nas questões sindicais. Este grupo pouco depois se subdividiu porque uma parte adotou

uma orientação francamente sindicalista” (GCL, 1930). Fica claro que o grupo que em 1930 constituiu o primeiro núcleo da Oposição de Esquerda no Brasil havia surgido a partir das polêmicas suscitadas em 1928. Além disso, evidencia-se que este grupo não permaneceu homogêneo.

Considerações finais

A cisão de 1928 não forjou um grupo oposicionista coeso, tampouco uma organização foi constituída de forma imediata.¹ Todavia, as discussões que foram travadas neste período foram fundamentais para o surgimento posterior da Oposição de Esquerda no Brasil. Foi neste momento que as divergências entre os militantes do partido se evidenciaram. A princípio as questões parecem girar em torno apenas de problemáticas nacionais, como a aliança com o tenentismo e a questão sindical. Contudo, os debates travados no Brasil também refletiam divergências que haviam motivado a luta no interior do Partido Bolchevique.² A interpretação da revolução nos chamados países coloniais a partir de uma lógica etapista, a aliança com a pequena-burguesia e a burocratização do partido foram temas que aproximaram os dissidentes brasileiros das teses de Trotski.

Neste sentido, discordamos de Carone (1989, p. 218), quanto este afirma que: “O ano de 1928 inicia grave momento de ajuste de contas ideológicas dentro do PCB. Episódio não se relaciona, de maneira alguma, com a luta em torno da liderança interna, nem é reflexo da crise entre Trotski e Stalin”. É claro que a cisão de 1928 não é resultado direto dos debates soviéticos ou da tomada de posição dos militantes brasileiros em favor de Trotski. Mas há sim uma relação direta, relacionada à interpretação da revolução, à tática revolucionária e ao regime interno do partido. Não é coincidência que vários militantes que ficaram ao lado de Joaquim Barbosa, João da Costa Pimenta e Rodolfo Coutinho em 1928, constituíram em 1930 o GCL, primeira organização brasileira a se reivindicar do trotskismo e estabelecer relações com a OEL.

¹ “O que temos relativamente à gênese da Oposição de Esquerda no interior do PCB é que, no computo final destas divergências que ocorreram em 1928, emergiu um pequeno grupo de apenas 5 pessoas (Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, Venceslau Azambuja, José Neves e Octaviano du Pin Galvão) que se mantiveram na militância e em oposição, dado que os outros, ou voltaram ao PCB ou abandonaram a militância”. (ALMEIDA, 2003, p. 54).

² “Em 1928 houve abalos sérios no Partido Comunista do Brasil (PCB). O embrião do trotskismo provavelmente surgiu em 1928, com a rebelião da célula 13 do PCB, no Rio de Janeiro, sob a liderança de João da Costa Pimenta e Hilcar Leite”. (COGGIOLA, 2003, p. 239).

Neste sentido, concordamos com Marques Neto (1993, p. 114) quando afirma que este é o “período fundante para a futura Oposição de Esquerda”.

Os pontos que suscitaram a cisão de 1928 não foram questões menores, que foram resolvidas e sanadas durante aquele ano. Ao longo da década de 1930, as organizações trotskistas seguiram desenvolvendo críticas que retomavam àquelas problemáticas. A questão em torno da interpretação da revolução brasileira, por exemplo, será um dos principais pontos de desacordo entre as duas organizações. Aquela crítica lançada por Coutinho no final de 1927, assim como a política sindical e o regime interno seguiram sendo desenvolvidas pelas diversas organizações trotskistas ao longo da década de 1930.

Referências

ALMEIDA, M. T. *Liga Comunista Internacionalista: teoria e prática do trotskismo no Brasil: 1930-1935*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

BARBOSA, Joaquim. *Carta aberta aos membros do Partido Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro, 1928, p. 3. (Arquivo Lívio Xavier, Caixa 3, CEDEM).

_____. **Pela unidade do nosso movimento sindical**. In: CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil*. (1877-1945). 2 ed. São Paulo: Difel, 1984.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos* (Memórias). Uma visão da história política brasileira dos últimos quarenta anos. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.

COGGIOLA, Osvaldo. **O trotskismo no Brasil (1928-1964)**. In: MAZZEO, A. C.; LAGOA, M. I. (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil: (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

GRUPO COMUNISTA LENINE. [Carta] 20 abr. 1930, Rio de Janeiro. [para] SECRETARIADO INTERNACIONAL PROVISÓRIO, Paris - França. (Arquivo Lívio Xavier, Caixa 3, CEDEM).

MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Memorial ao III Congresso do PCB. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Julho de 1930, p. 1

PEREIRA, Astrojildo (Et al.). *Memória e História*. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1981.